



CÂMARA MUNICIPAL DE ICONHA -ES
PODER LEGISLATIVO

RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO ÓRGÃO CENTRAL DE CONTROLE INTERNO

Emitente: Unidade Executora do Controle Interno.

Unidade Gestora: Câmara Municipal de Iconha/ES.

Gestor responsável: Moisés Pinto Marchiori – Vereador – Presidente.

RELACI - Exercício 2024

1. INTRODUÇÃO

A Unidade de Controle Interno da Câmara Municipal de Iconha no exercício de 2024 realizou procedimentos de controle, que tem como missão garantir, mediante ações preventivas de orientação, fiscalização e avaliação de resultados, visando princípios fundamentais da Administração Pública, e ainda, pautando-se pela ética e transparência, com o objetivo de exercer o controle interno garantindo o cumprimento das normas quanto à legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, bem como, consolidar a transparência e o controle a gestão. Por se tratar de um instrumento de transparência e prestação de contas, destacamos a seguir as principais atividades desenvolvidas pela Câmara Municipal de Iconha/ES no ano de 2024.

2. AUDITORIAS E OUTROS PROCEDIMENTOS REALIZADOS

Nesse intuito, foram analisados os pontos constantes da IN 68 de 2020 e suas alterações:

Dos pontos de controle:

1.	Itens de abordagem prioritária.					
1.1.	Gestão fiscal, financeira e orçamentária.					
Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra Selecionada
1.1.2	Despesa – realização sem prévio empenho	De Dispensa – inexigibilidade.	Lei 4.320/64, art. 60	Verificação documental.	44 (proc.)	14 (proc.) nº 032/2024 012/2024 011/2024 031/2024 010/2024 030/2024 022/2024 025/2024 017/2024 015/2024 007/2024 004/2024 029/2024 033/2024



CÂMARA MUNICIPAL DE ICONHA -ES
PODER LEGISLATIVO

1.2. Gestão Previdenciária						
Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra Selecionada
1.2.1	Registro por competência – despesas previdenciárias patronais	Relatórios	CF/88, art. 40. LRF, art. 69. Lei 9.717/1998, art. 1º. Lei 8.212/1991 Lei Local Regime de competência	Verificação documental.	12 (meses)	12 (meses)
1.2.2	Pagamento das obrigações previdenciárias - parte patronal	Relatórios	CF/88, art. 40. LRF, art. 69. Lei 9.717/1998, art. 1º. Lei 8.212/1991 Lei Local Regime de competência	Verificação documental.	12 (meses)	12 (meses)
1.2.3	Registro por competência – multas e juros por atraso de pagamento	Relatórios	CF/88, art. 40. LRF, art. 69. Lei 9.717/1998, art. 1º. Lei 8.212/1991 Lei Local Regime de competência	Verificação documental.	12 (meses)	12 (meses)
1.2.4	Retenção/Repass e das contribuições previdenciárias- parte servidor	Relatórios	CF/88, art. 40. LRF, art. 69. Lei 9717/1998, art. 1º. Lei 8.212/1991 Lei Local	Verificação documental.	12 (meses)	12 (meses)

1.3. Gestão patrimonial.						
1.3.1	Bens em estoque, móveis, imóveis e intangíveis – registro contábil compatibilidade com inventário.	Relatórios e almoxarifado	CRFB/88, art. 37, caput c/c Lei 4.320/1964, arts. 94 a 96.	Verificação documental	12 (meses)	12 (meses)
1.3.2	Bens móveis, imóveis e intangíveis – Registro e controle	Lei 4.320/1964, art. 94.	Auditoria Governamental de conformidade	Verificação documental	12 (meses)	12 (meses)
1.3.3	Disponibilidades financeiras – depósito e aplicação.	Consulta bancária	LC 101/2000, art. 43 c/c § 3º, do artigo 164 da CRFB/88.	Verificação documental.	01 (Instituições Financeiras)	01 (Instituições Financeiras): Banestes
1.3.4	Disponibilidades financeiras – depósito e aplicação	Demonstrativos	Lei 4.320/1964, arts. 94 a 96.	Verificação documental.	12(meses)	12 (meses)

1.4. Limites Constitucionais e Legais.						
Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra Selecionada



CÂMARA MUNICIPAL DE ICONHA -ES
PODER LEGISLATIVO

1.4.7	Despesas com pessoal – limite	Relatório	LC 101/2000, arts. 19 e 20.	Verificação documental.	12 (meses)	12 (meses)
1.4.8	Despesas com Pessoal – Descumprimento de limites – nulidade do ato	Relatório	LC 101/2000, art. 21.	Verificação documental.	12 (meses)	12 (meses)
1.4.9	Despesas com pessoal – aumento despesas nos últimos 180 dias do fim de mandato – nulidade o ato	Relatório	LC 101/2000, art. 21, Parágrafo único.	Verificação documental	12 (meses)	12 (meses)
1.4.10	Despesas com pessoal – limite prudencial – vedações	Relatório	LC 101/2000, art. 22, parágrafo único.	Verificação documental.	12 (meses)	12 (meses)
1.4.11	Despesas com pessoal – extrapolação do limite – providências / medidas de contenção	Relatório	LC 101/2000, art. 23 c/c CRFB/88, art. 169, §§ 3º e 4º.	Verificação documental.	12 (meses)	12 (meses)
1.4.13	Poder Legislativo Municipal – despesa com folha de pagamento	Relatório	CRFB/88, art. 29-A, § 1º.	Verificação documental.	12 (meses)	12 (meses)
1.4.17	Despesas com pessoal – subsídio dos vereadores – fixação	Norma municipal	CRFB/88, art. 29, inciso VI.	Verificação documental.	12 (meses)	12 (meses)
1.4.18	Despesas com pessoal – subsídio dos vereadores – pagamento	Norma municipal	CRFB/88, art. 29, inciso VI.	Verificação documental.	12 (meses)	12 (meses)
1.4.19	Despesas com pessoal – remuneração vereadores	Relatório	CRFB/88, art. 29, inciso VII.	Verificação documental.	12 (meses)	12 (meses)
1.4.20	Poder Legislativo Municipal – despesa total	Relatórios	CRFB/88, art. 29-A.	Verificação documental.	12 (meses)	12 (meses)

1.5	Demais atos de gestão.					
Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra Seleccionada
1.5.1	Documentos integrantes da PCA – compatibilidade com o normativo do TCE	PCA	IN regulamentadora da remessa de prestação de contas.	Verificação documental.	01	01



CÂMARA MUNICIPAL DE ICONHA -ES
PODER LEGISLATIVO

2.	Itens de abordagem complementar.					
2.2.	Gestão fiscal, financeira e orçamentária.					
Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra Selecionada
2.2.29	Déficit orçamentário – Medidas de contenção	Exercício	LC 101/2000, art. 9º.	Verificação documental.	12 (meses)	12 (meses)
2.2.28	Pagamento de passivos – ordem cronológica das exigibilidades	Relatórios	Lei 8.666/1993, arts. 5º e 92, c/c CRFB/88, art. 37.	Análise documental e operacional	12 (meses)	12 (meses)
2.2.31	Despesa – liquidação	Licitação, Dispensa e inexigibilidade	Lei 4.320/1964, art. 63.	Verificação documental.	44 (processos)	14 (proc.) nº 032/2024 012/2024 011/2024 031/2024 010/2024 030/2024 022/2024 025/2024 017/2024 015/2024 007/2024 004/2024 029/2024 033/2024
2.2.32	Pagamento de Despesas sem regular liquidação	Licitação Dispensa e inexigibilidade	Lei 4.320/1964, art. 62.	Verificação documental.	44 (processos)	14 (proc.) nº 032/2024 012/2024 011/2024 031/2024 010/2024 030/2024 022/2024 025/2024 017/2024 015/2024 007/2024 004/2024 029/2024 033/2024



CÂMARA MUNICIPAL DE ICONHA -ES
PODER LEGISLATIVO

2.5 Gestão Previdenciária.						
Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra Selecionada
2.5.1	Retenção de impostos, contribuições sociais e previdenciárias.	Relatórios	LC 116/2003, art. 6º/ Decreto Federal nº 3.000/1999. Lei 8.212/1991. Lei Local.	Verificação documental.	12(meses)	12(meses)
2.5.22	Contabilização da amortização do déficit atuarial	Relatórios	MCASP e Portarias MPS 403/2008, art. 17	Verificação documental.	12(meses)	12(meses)
2.5.37	Registro de Admissões	Relatório	CF/88, art. 71, III e IN TC nº 38/2016	Verificação documental.	12 (meses)	12 (meses)

2.6 Demais atos de Gestão.						
Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra Selecionada
2.6.1	Pessoal – Função de confiança e cargos de comissão	Relatórios	CFFB/88,art. 37, inciso V.	Verificação documental.	12 (meses)	12 (meses)
2.6.3	Pessoal – contratação por tempo determinado	Relatório	CF/88, art. 37, inciso IX.	Verificação documental.	12 (meses)	12 (meses)
2.6.4	Pessoal – teto	Relatório	CRFB/88, art. 37, inciso XI.	Verificação documental.	12(meses)	12 (meses)
2.6.6	Dispensa e inexistência de licitação.	Licitação, Dispensa e inexistência	Lei 8.666/93, arts. 24, 25 e 26	Verificação documental.	44 (processos)	14 (proc.) nº 032/2024 012/2024 011/2024 031/2024 010/2024 030/2024 022/2024 025/2024 017/2024 015/2024 007/2024 004/2024 029/2024 033/2024

3. LIMITES COM FOLHA DE PAGAMENTO E DESPESAS COM PESSOAL

Universo: Despesa Folha de Pagamento: R\$ 2.063.729,31

Despesa Obrigações Patronais: R\$ 257.673,89

Objeto: Ao final de cada quadrimestre/2024, verificou-se o cumprimento dos limites



CÂMARA MUNICIPAL DE ICONHA -ES
PODER LEGISLATIVO

estabelecidos pela CF/88 (artigos 29 e 29-A, 1º) e pela LRF (artigos 18, 19, 20 e 22), nos termos dos pontos da tabela referencial acima referidos. Correspondendo aos Itens da tabela referencial nº: 1.4.7; 1.4.9; 1.4.10; 1.4.11; 1.4.13; 1.4.17; 1.4.18; 1.4.19; 1.4.20. Resultado: Nenhum achado identificado conforme metodologia e matriz de planejamento

3.1 PROCESSOS DE PAGAMENTO

Universo: 32 Dispensas e 12 inexigibilidades, sendo um total de 44 processos de pagamento, perfazendo-se um montante de: 398.874,87

Amostragem: 14 processos de pagamento - R\$ 174.739,95

Período: Verificação mensal. Verificados os 12 meses de 2024.

Objeto: Verificação das despesas acerca da presença de prévio empenho, liquidações segundo requisitos legais, com a devida comprovação de fornecimento ou comprovação do efetivo recolhimento no caso de tributos/contribuições, com devido respeito ao Princípio da Segregação de Funções, tudo em conformidade com os lançamentos nos extratos bancários, conforme amostragens, matriz de planejamento e metodologia constantes dos relatórios de auditoria.

Correspondendo aos Itens da tabela referencial 08 nº: 1.1.2; 2.2.31; 2.2.32 e 2.6.6.

Resultado: Nenhum achado identificado conforme amostragem, metodologia e matriz de planejamento.

3.2 GESTÃO PREVIDENCIÁRIA

Universo: Valor das Contribuições Patronais liquidadas: R\$ 257.673,89

Valor das Contribuições Segurado e terceiros: R\$ 64.257,63

Valor de Aportes liquidados: R\$ 410.535,66

Total: R\$ 732.467,18

Amostragem: R\$ 219.740,15 (inclusive aportes).

Correspondendo aos Itens da tabela referencial nº: 1.2.1; 1.2.2; 1.2.3; 1.2.4; 1.2.5; 2.5.5; 2.5.22; 2.5.37.

Foi verificado 30% do valor total das despesas com obrigações previdenciárias, decorrente dos encargos patronais da entidade referentes às alíquotas normais e suplementares, observando o regime de competência. As despesas previdenciárias patronais (RPPS e RGPS) foram registradas observando o regime de competência.



CÂMARA MUNICIPAL DE ICONHA -ES
PODER LEGISLATIVO

Objeto: Verificar a existência de guia de recolhimento para as contribuições previdenciárias. Verificar se os registros contábeis orçamentários e patrimoniais das despesas com obrigações previdenciárias ao RPPS e ao RGPS estão obedecendo o regime de competência. Verificar se os pagamentos das obrigações previdenciárias estão sendo realizados de forma tempestiva. Verificar se houve registro por competência das despesas orçamentárias e das Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD) com multas e juros decorrentes do atraso no Pagamento das Obrigações previdenciárias. Verificar a existência de autorização legislativa para os acordos de parcelamentos previdenciários existentes. Verificar se os parcelamentos de débitos previdenciários estão registrados como passivo da entidade; e sendo registrados como ativo a receber no RPPS. Verificar se o saldo dos parcelamentos previdenciários estão sendo corrigidos mensalmente, por índice oficial e registrado como passivo no ente devedor e como ativo no RPPS. Verificar se estão sendo registrados mensalmente os juros incidentes sobre o saldo devedor no ente devedor e como ativo no RPPS. Verificar se as parcelas estão sendo pagas tempestivamente. Verificar se os pagamentos das despesas com amortizações do aporte atuarial do RPPS (APORTE) estão sendo realizados tempestivamente; Verificar se houve a correta contabilização dos repasses das amortizações do déficit ao RPPS (Aporte) na CMCI. Verificar se houve o reconhecimento da Receita pelo RPPS em conta específica do plano de Contas. Correspondendo aos Itens da tabela referencial nº: 1.2.1; 1.2.2; 1.2.3; 1.2.4; 1.2.5; 2.5.5; 2.5.22; 2.5.37.

Resultado: Nenhum achado identificado conforme amostragem, metodologia e matriz de planejamento.

3.3 TETO REMUNERATÓRIO

Universo: Despesa Folha de Pagamento: R\$ 2.063.729,31

Despesa Obrigação Patronal: R\$ 257.673,89

Objeto: Ao final de cada quadrimestre/2024, verificou-se o cumprimento dos limites estabelecidos pela CF/88 (artigos 29 e 29-A, 1º) e pela LRF (artigos 18, 19, 20 e 22), nos termos dos pontos da tabela referencial acima referidos. Correspondendo aos Itens da tabela referencial nº: 1.4.7; 1.4.9; 1.4.10; 1.4.11; 1.4.13; 1.4.17; 1.4.18; 1.4.19; 1.4.20.

Resultado: Nenhum achado identificado conforme metodologia e matriz de planejamento.

3.6 PROCESSOS DE LICITAÇÃO

Universo: 0



**CÂMARA MUNICIPAL DE ICONHA -ES
PODER LEGISLATIVO**

Amostragem: 0

Resultado: Nenhum achado identificado conforme amostragem.

3.4 PATRIMÔNIO

Universo bens móveis: R\$ 285.145,17

Universo bens imóveis: R\$ 735.524,33

Correspondendo aos Itens da tabela referencial nº: 1.3.1 e 1.3.2.

Objeto: O presente trabalho envolveu a verificação da descrição analítica dos bens móveis, imóveis e intangíveis da Câmara Municipal de Iconha nos registros patrimoniais, com a finalidade de verificar se as informações encontradas são as necessárias e suficientes para sua caracterização, identificação, valor atualizado e localização. Envolveu ainda a análise das demonstrações contábeis quanto à evidenciação desses bens em relação aos inventários, inclusive com as variações em virtude da depreciação e reavaliação, bem como a verificação da existência de Ato que indique o(s) responsável(eis) pela guarda e administração dos bens patrimoniais. Correspondendo aos Itens da tabela referencial: 1.3.1 e 1.3.2.

3.5 TRANSPARÊNCIA

Universo: Verificação realizada com base nos itens do Apêndice 00031/2020-1, do Relatório de Levantamento TCEES 00001/2021-9, Processo TC 04847/2020-7.

Amostragem: Todos os itens especificados na Tabela do Apêndice 00031/2020-1.

Período analisado: Transparência Ativa: 26/10/2020 e 02/04/2021.

Objeto: O presente trabalho foi realizado com base nas informações disponibilizadas para o público em geral ao tempo das verificações, na página da Câmara na Internet.

Resultado: Achados e respectivas recomendações estão relacionados na Tabela do Apêndice 00031/2020-1. Achados cuja regularização está em andamento.

4. TOMADA DE CONTAS ESPECIAIS (TCE) E PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS INSTAURADOS:

Não foram contatadas ocorrências outras quaisquer suficientes para ensejar procedimento de Tomada de Contas Especiais (TCE) ou mesmo Procedimento Administrativo disciplinar (PAD).

5. ATRIBUIÇÕES E AÇÕES DESENVOLVIDAS



**CÂMARA MUNICIPAL DE ICONHA -ES
PODER LEGISLATIVO**

5.1. Atribuições e Responsabilidades

Segundo o art. 5º da Lei Municipal nº 754/2013, são responsabilidades da Unidade Central de Controle Interno referida no artigo 7º, além daquelas dispostas nos art. 74 da Constituição Federal e art. 76 da Constituição Estadual, também as seguintes:

- I.** Coordenar as atividades relacionadas com o Sistema de Controle Interno da Prefeitura Municipal, abrangendo as administrações Direta e Indireta, promover a integração operacional e orientar a elaboração dos atos normativos sobre procedimentos de controle;
- II.** Apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional, supervisionando e auxiliando as unidades executoras no relacionamento com o Tribunal de Contas do Estado, quanto ao encaminhamento de documentos e informações, atendimento às equipes técnicas, recebimento de diligências, elaboração de respostas, tramitação dos processos e apresentação dos recursos;
- III.** Assessorar a administração nos aspectos relacionados com os controles interno e externo e quanto à legalidade dos atos de gestão, emitindo relatórios e pareceres sobre os mesmos;
- IV.** Interpretar e pronunciar-se sobre a legislação concernente à execução orçamentária, financeira e patrimonial;
- V.** Medir e avaliar a eficiência, eficácia e efetividade dos procedimentos de controle interno, através das atividades de auditoria interna a serem realizadas, mediante metodologia e programação próprias, nos diversos sistemas administrativos da Prefeitura Municipal, incluindo suas administrações Direta e Indireta, expedindo relatórios com recomendações para o aprimoramento dos controles;
- VI.** Avaliar o cumprimento dos programas, objetivos e metas espelhadas no Plano Plurianual, na Lei de Diretrizes Orçamentárias e no Orçamento, inclusive quanto a ações descentralizadas executadas à conta de recursos oriundos dos Orçamentos Fiscal e de Investimentos;
- VII.** Exercer o acompanhamento sobre a observância dos limites constitucionais, da Lei de Responsabilidade Fiscal e os estabelecidos nos demais instrumentos legais;
- VIII.** Estabelecer mecanismos voltados a comprovar a legalidade e a legitimidade dos atos de gestão e avaliar os resultados, quanto à eficácia, eficiência e economicidade na gestão orçamentária, financeira, patrimonial e operacional nos correspondentes da Prefeitura



CÂMARA MUNICIPAL DE ICONHA -ES
PODER LEGISLATIVO

Municipal, abrangendo as administrações Direta e Indireta, bem como, na aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado;

IX. Exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres do Ente;

X. Supervisionar as medidas adotadas pelos Poderes, para o retorno da despesa total com pessoal ao respectivo limite, caso necessário, nos termos dos artigos 22 e 23 da Lei de Responsabilidade Fiscal;

XI. Tomar as providências, conforme o disposto no art. 31 da Lei de Responsabilidade Fiscal, para recondução dos montantes das dívidas consolidada e mobiliária aos respectivos limites;

XII. Aferir a destinação dos recursos obtidos com a alienação de ativos, tendo em vista as restrições constitucionais e as da Lei de Responsabilidade Fiscal;

XIII. Acompanhar a divulgação dos instrumentos de transparência da gestão fiscal nos termos da Lei de Responsabilidade Fiscal, em especial quanto ao Relatório Resumido da Execução Orçamentária e ao Relatório de Gestão Fiscal, aferindo a consistência das informações constantes de tais documentos;

XIV. Participar do processo de planejamento e acompanhar a elaboração do Plano Plurianual, da Lei de Diretrizes Orçamentárias e da Lei Orçamentária;

XV. Manifestar-se, quando solicitado pela Administração, acerca da regularidade e legalidade de processos licitatórios, sua dispensa ou inexigibilidade e sobre o cumprimento e/ou legalidade de atos, contratos e outros instrumentos congêneres;

XVI. Propor a melhoria ou implantação de sistemas de processamento eletrônico de dados em todas as atividades da administração pública, com o objetivo de aprimorar os controles internos, agilizar as rotinas e melhorar o nível das informações;

XVII. Instituir e manter sistema de informações para o exercício das atividades finalísticas do Sistema de Controle Interno;

XVIII. Verificar os atos de admissão de pessoal, aposentadoria, reforma, revisão de proventos e pensão para posterior registro no Tribunal de Contas;

XIX. Manifestar através de relatórios, auditorias, inspeções, pareceres e outros pronunciamentos voltados a identificar e sanar as possíveis irregularidades;

XX. Alertar formalmente a autoridade administrativa competente para que instaure imediatamente a Tomada de Contas, sob pena de responsabilidade solidária, as ações destinadas a apurar os atos ou fatos inquinados de ilegais, ilegítimos ou antieconômicos que resultem em prejuízo ao erário, praticados por agentes públicos, ou quando não forem



**CÂMARA MUNICIPAL DE ICONHA -ES
PODER LEGISLATIVO**

prestadas as contas ou, ainda, quando ocorrer desfalque, desvio de dinheiro, bens ou valores públicos;

XXI. Revisar e emitir parecer sobre os processos de Tomadas de Contas Especiais instauradas pela Prefeitura Municipal, incluindo suas administrações Direta e Indireta, determinadas pelo Tribunal de Contas do Estado;

XXII. Representar ao TCEES, sob pena de responsabilidade solidária, sobre as irregularidades e ilegalidades identificadas e as medidas adotadas;

XXIII. Emitir parecer conclusivo sobre as contas anuais prestadas pela administração;

XXIV. Realizar outras atividades de manutenção e aperfeiçoamento do Sistema de Controle Interno.

5.2 Auxílio na elaboração e revisão de Resoluções e Instruções Normativas

Algumas rotinas internas da administração precisaram ser atualizadas, de modo que esta Unidade de Controle Interno atuou na revisão e/ou elaboração das Instruções Normativas. Neste sentido, foi revisada a seguinte Instrução Normativa com respectivas publicações no Diário Oficial:

Resolução nº 004/2024, de 17 de dezembro de 2024: “dispõe sobre a concessão de abono que comporá o auxílio alimentação aos servidores da câmara municipal de Iconha-ES, e dá outras providências.”

5.3 Portarias

I – Portaria nº 096/2024 dispõe sobre o encerramento do exercício financeiro de 2024 e dá outras providências.

5.4 Orientações Técnicas emitidas:

Durante o ano de 2024 a Controladora da Câmara Municipal de Iconha emitiu diversas orientações técnicas afim de orientar o Administrador Público e cooperar com exercício do controle prévio e concomitante dos atos de gestão.

Nº	Ementa
07/2024	Encerramento exercício financeiro
08/2024	Nova Lei de Licitações



**CÂMARA MUNICIPAL DE ICONHA -ES
PODER LEGISLATIVO**

09/2024	Transmissão das sessões
10/2024	Julgamento das Contas
11/2024	Levantamento financeiro para 2024
12/2024	Vedações final de mandato

5.5 Participação de palestra, seminários, cursos de capacitação:

Durante o ano de 2024 a Controladora da Câmara Municipal de Iconha participou das palestras, seminários, cursos de capacitação, abaixo descritos:

I – ENFOC 2024 POLO ANCHIETA - Cidades Contas - Aspectos Relevantes;

V – ENFOC 2024 POLO ANCHIETA - Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) no Contexto do Serviço Público;

6. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL:

O Controle Interno da Câmara Municipal de Iconha é composto atualmente por apenas 01 (um) Controlador, função comissionada.

O Controle Interno da Câmara de Iconha compreende o plano de organização e todos os métodos e medidas adotados pela administração para salvaguardar os ativos, desenvolver a eficiência nas operações, avaliar o cumprimento dos programas, objetivos, metas e orçamentos e das políticas administrativas prescritas, verificar a exatidão e a fidelidade das informações e assegurar o cumprimento da lei.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS:

A Controladoria exerceu efetivamente sua atividade por meio de verificações/comparações de conformidade de documentos, normas, processos, além de outras manifestações.

No que se refere à legalidade dos atos da gestão orçamentária, financeira no que diz respeito às contas do Poder Legislativo, durante o exercício de 2024, representa, adequadamente, de acordo com os demonstrativos orçamentários e demais documentos contábeis levantados.



CÂMARA MUNICIPAL DE ICONHA -ES
PODER LEGISLATIVO

No que se refere à legitimidade, economicidade, eficácia e demais princípios que devem nortear os atos do presidente da Câmara Municipal, e tendo como base os pontos de controle avaliados e apresentados neste relatório, não foram encontradas inconformidades.

Ressalvamos que nossa opinião sobre as demonstrações contábeis se restringem a composição das presentes, não se constituindo em juízo de valor quanto à adequação dos registros contábeis, em face da ausência de habilitação profissional técnica da Controladora que subscreve o parecer.

Ante ao exposto, até a presente data, em nossa opinião, com base no exercício da atividade, a referida prestação de contas encontra-se **REGULAR**.

Iconha/ES, 10 de março de 2025.

Ana Eliza da Silva Sabadini
Controladora Interna
(Assinado digitalmente)